

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 2.898, DE 2025

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências", para estabelecer regime especial de sanções para pequenos produtores rurais que produzam para subsistência.

Autor: Deputado LUCIO MOSQUINI

Relator: Deputado ZUCCO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.898, de 2025, de autoria do Deputado Lucio Mosquini, altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para estabelecer regime especial de sanções para pequenos produtores rurais que produzam para subsistência.

A proposição visa harmonizar a proteção ambiental com a segurança alimentar e a justiça social, reconhecendo as particularidades socioeconômicas dos pequenos produtores rurais que desenvolvem atividades de subsistência e enfrentam dificuldades para promover imediatamente as adequações ambientais necessárias.

O autor fundamenta sua proposta no reconhecimento de que a aplicação indiscriminada das sanções previstas no art. 72 da Lei nº 9.605, de 1998, tem causado graves prejuízos socioeconômicos aos pequenos



produtores rurais, muitas vezes sem recursos financeiros suficientes para realizar as adequações ambientais de forma imediata.

A justificação ressalta que a legislação ambiental vigente, embora necessária para a proteção do meio ambiente, deve considerar os princípios constitucionais da proporcionalidade, da razoabilidade e da função social da propriedade rural, especialmente quando aplicada a populações vulneráveis que dependem da terra para sua subsistência.

O projeto propõe acrescentar o § 9º ao art. 72 da Lei nº 9.605, de 1998, estabelecendo que as sanções de apreensão, destruição, suspensão de venda ou fabricação de produtos e embargo de atividade não serão aplicadas ao pequeno produtor rural que produza para subsistência. Em substituição, será concedido prazo de 24 (vinte e quatro) meses para que o produtor realize as intervenções necessárias à redução dos danos ambientais constatados.

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

O projeto foi distribuído às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 RICD)

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural analisar o mérito do Projeto de Lei nº 2.898, de 2025, de autoria do nobre Deputado Lucio Mosquini, que altera a Lei nº 9.605, de



1998, para instituir regime especial de sanções aplicável a pequenos produtores rurais que produzam para subsistência.

A proposição busca compatibilizar a proteção ambiental com a justiça social, reconhecendo que a aplicação uniforme e imediata das sanções administrativas pode atingir de forma desproporcional agricultores familiares, cuja sobrevivência depende da pequena produção. O projeto propõe que a adequação ambiental seja promovida de forma orientada, planejada e compatível com as condições socioeconômicas desses produtores.

O regime especial de sanções confere prazo de 24 (vinte e quatro) meses para que o pequeno produtor regularize sua situação, período durante o qual poderá buscar orientação técnica, acessar programas de crédito e implementar práticas sustentáveis. Essa abordagem favorece a recuperação efetiva de áreas degradadas e reduz os efeitos negativos de medidas punitivas imediatas, como embargo de atividades ou destruição de produtos, que frequentemente resultam em perda de renda, insegurança alimentar e êxodo rural.

A proposta reforça a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar nacional, uma vez que esse segmento responde por parcela expressiva da produção de alimentos destinados ao consumo interno. O tratamento diferenciado assegura a continuidade dessa atividade essencial, sem afastar a responsabilidade ambiental, preservando tanto o abastecimento quanto a permanência das famílias no campo.

Importa ressaltar que o projeto não implica anistia ou abrandamento das obrigações ambientais. As sanções permanecem previstas e serão aplicadas em caso de descumprimento do prazo de adequação, garantindo-se o poder fiscalizador do Estado. A remissão à Lei nº 11.326, de 2006, confere objetividade e segurança jurídica, ao adotar critérios já consolidados para a definição de pequeno produtor rural.

A proposição traduz os princípios constitucionais da proporcionalidade e da razoabilidade, reconhecendo que a efetividade da política ambiental depende de instrumentos que considerem as desigualdades regionais e socioeconômicas.



Dessa forma, o projeto mantém a integridade da Lei nº 9.605, de 1998, ao mesmo tempo em que aprimora sua aplicação, assegurando que a proteção ambiental caminhe junto à inclusão produtiva e à justiça social.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.898, de 2025. Ante o exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.898, de 2025, e peço apoio aos nobres Pares para a aprovação deste Parecer.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado ZUCCO
Relator

